

A Campanha do Deserto e os desafios da civilização: o “problema” do índio na Patagônia e a configuração do Estado-Nação.

ANA CAROLLINA GUTIERREZ POMPEU*

O processo de integração da porção sul do território atual da Argentina, conhecida como Patagônia, ao Estado que se formava, suscitou questões que estiveram presente nas penas dos principais intelectuais rio-platenses dos oitocentos. A expansão da economia agroexportadora a partir da segunda metade desse século engendrou a necessidade de mais terras destinadas a aumentar a produção voltada ao mercado externo, o que levou a iniciativas colonizadoras contra os índios que habitavam as terras do Pampa e da Patagônia. A organização institucional, em vias de consolidação, tornou possível o embate entre a “civilização” e a “barbárie”. Era necessário civilizar, combater o índio, “representante da barbárie” que simbolizava o elemento que essa Argentina em busca de definir-se como Nação, pretendia abandonar.

A região da Patagônia corresponde à zona austral do continente americano, ganhando esse nome desde o século XVI. Desde então, permaneceu na rota de aventureiros e viajantes sem contar com uma iniciativa eficaz de colonização por parte dos espanhóis. Percebe-se, em relatos de viajantes, que não havia uma noção precisa do território patagônico, a exemplo do naturalista francês Alcide d’Orbigny, que denominava por Patagônia a área compreendida desde o estuário do Rio da Prata ao estreito de Magalhães.

A grande distância com a metrópole e a situação de conflito com os indígenas foram um dos motivos que a colocaram à margem do processo de colonização. Apenas no final do século XVIII, a Patagônia recebeu alguma atenção por parte da Coroa, com tentativas de fundações de cidades, a fim de evitar possíveis invasões estrangeiras, além da construção de fortes para tentar conter a presença indígena. Por vezes, suas terras foram associadas à esterilidade e seus habitantes – conhecidos como *patagones* – à guerra. A partir do século XIX, passou-se a considerar como limite norte da Patagônia argentina o rio Negro, estendendo-se ao sul até a Terra do Fogo.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília. Sob orientação do professor Dr. Francisco Doratioto. anagpompeu@gmail.com

A colonização do Rio da Prata desenvolveu-se nos arredores do porto de Buenos Aires e demais rios adjacentes, até a região conhecida como fronteira. As planícies do Pampa constituíam o limite sul da penetração espanhola em que os fortes tentavam impedir a entrada dos ameríndios, colocando em evidência tanto a dificuldade na colonização quanto o desinteresse. Conforme a literatura corrente desde o século XVIII era designado o termo “fronteira” para corresponder a zona que separava a sociedade formada a partir da colonização espanhola, da indígena. Não havia uma distinção precisa desses limites, apenas a “percepção de mundos culturalmente em enfrentamento” (BANDIERI, 2009: 66).

Após a independência, a zona passou a ser conhecida como “fronteira interna” dando ênfase, sobretudo na segunda metade do século XIX, ao que correspondia a jurisdição do novo país. Além da barreira interna estava o “deserto”, lugar onde abrigava um grande “problema” dessa sociedade – o índio. Vazio de população “civilizada”, morada do índio e reduto da barbárie, o deserto apresentava desafios a constituição do Estado.

O *malón*¹ era considerado um grande problema à “civilização”. A situação da zona de fronteira era de guerra constante devido ao roubo de animais pelos índios, muitas vezes em resposta aos ataques empreendidos contra essas sociedades. A instabilidade política da pós-independência tornou precárias as condições da fronteira. A campanha promovida por Juan Manuel de Rosas, em 1833, logrou uma momentânea pacificação da região até sua queda em 1852, quando retornou a situação de insegurança.

Com Rosas destituído do poder, abria-se uma lacuna quanto aos rumos políticos do país. Diferentes projetos levaram a existência da Confederação Argentina comandada por Urquiza, com sede em Entre Rios, opondo-se a Buenos Aires, a província rebelde, isolada das demais cidades argentinas. Tal dissidência refletia, sobretudo, a desigualdade entre a província bonaerense e as chamadas províncias do “interior”. Buenos Aires enriquecia com os recursos provenientes do principal porto disponível para o comércio externo, enquanto a Confederação tinha dificuldades

¹ Nome atribuído às invasões dos índios aos locais de criação de gado e outros animais a fim de roubá-los visando o consumo e o comércio, principalmente com o Chile. Prática existente desde o século XVIII quando o gado e o cavalo foram introduzidos pelos espanhóis e passaram a incorporar os hábitos das sociedades indígenas. (BARBA: 2007, p. 1 e 2.)

econômicas para se estabilizar, já que a capital portenha recusava-se disponibilizar a arrecadação obtida com a aduana para além de seus limites.

A instabilidade política e as disputas pela adoção de um sistema de governo terminaram com a vitória de Buenos Aires sobre a Confederação na batalha de *Pavón* no ano de 1861, momento em que se iniciou o processo que culminaria com a conformação estatal. Destituída a Confederação, Buenos Aires passou a ser a capital do país, direcionando paulatinamente os interesses da elite dirigente a questão nacional.

Durante as décadas de 1860 e 1870, instituições nacionais foram se consolidando, substituindo o sistema de alianças entre governos e caudilhos locais como no período anterior, por mecanismos de controle mais independentes das relações pessoais, tais como o Congresso Nacional e o exército.

Na medida em que ocorria a organização política, fundamentando-se em instituições que defendiam o estatuto da Nação, recursos eram dispostos a fim de incentivar a expansão econômica a qual vivia o país.

Para o historiador argentino Túlio Halperin Donghi, a segunda metade do século XIX foi emblemática pelo fim da “longa espera”, ou seja, momento em que muitos países latino-americanos, que esperavam consolidar-se no mercado internacional logo após as independências, encontraram possibilidades de intercâmbio comercial com a Europa. Nesse momento, a Argentina obteve grande aceitação no mercado europeu com a venda de lãs, couros e posteriormente de carne congelada. As demandas da segunda Revolução Industrial incentivaram a expansão da pecuária, e por consequência, o aumento das terras disponíveis a criação de animais.

Promover o aumento das terras suscetíveis a exploração econômica, era vital a perspectiva de crescimento almejada. Para o governo central, que cada vez mais dispunha de recursos para exercer sua influência em todo o território, disponibilizar as áreas habitadas pelas diversas sociedades indígenas na Patagônia, tornava-se uma questão fundamental. Dessa forma, pode-se afirmar que a consolidação da soberania argentina na Patagônia ocorreu concomitante ao aumento da capacidade do governo central em exercer seu poder sobre as distintas regiões do país, afirmando sua presença como principal organismo político.

A construção de ferrovias e a institucionalização do exército nacional foram elementos importantes à consolidação da ordem estatal, tendo em vista a expectativa de

progresso que chegava ao continente dado ao início da inserção comercial. Para dar possibilidades ao desenvolvimento material, o governo necessitava impor sua presença aos que divergiam de seu projeto, sejam índios ou caudilhos² provincianos, afirmando a soberania territorial e criando condições para a expansão econômica.

Guiados pelas referências culturais europeias, a elite política e intelectual argentina procurava elementos para construir sua sociedade, tendo em vista o Estado Nacional em vias de maturação. Os personagens da conhecida “Geração de 80”³, tiveram como maior influência, as ideias dos intelectuais de outra “Geração”, a de 1837, também conhecida como Salão Literário.⁴

Muitos intelectuais da apelidada Geração de 37, transferiam em seus escritos as dificuldades do jovem país que procurava definir-se. O grupo de estudantes que se reuniam a fim de discutir títulos da literatura europeia tem sua importância pela reflexão a respeito da edificação da Argentina como Nação. Com tom de prognóstico, muitos dos autores oriundos da Geração se dedicaram a pensar o futuro do país, identificando seus problemas e traçando possíveis soluções.

Conceitos como “deserto”, “barbárie” e “civilização”, eram correlatos em muitos dos escritos do período, servindo como pistas para compreensão de seus significados. A crença no futuro estava presente em seus textos, como se transferissem para o porvir a solução dos problemas do presente. Em um raciocínio teleológico esses escritores acreditavam que a civilização – entendida como um estado da sociedade em que a modernidade e os valores europeus seriam cultivados – chegaria às terras rio-platenses, apesar de perceberem a si mesmos como agentes desse processo, em que seria necessário acelerar os rumos para o progresso.

Destituir os “desertos” de “barbárie” e atingir a “civilização”, era o objetivo maior da prática política. Mesmo escrito décadas antes, essas ideias seguiam presente nos anos 1870 – 1880, motivando a recém inaugurada Nação a moldar o conjunto de referentes que lhe dariam legitimidade e identidade. Após a consolidação dos principais

² Entendia-se caudilho como estancieros e chefes dos exércitos de guerrilha chamados *montoneras*. Os caudilhos utilizavam as armas como instrumento para estender sua influência política sob sua província, perseguindo seus inimigos e estabelecendo alianças com outros caudilhos.

³ A designação “Geração de 80” não existia na época, sendo assim definida posteriormente.

⁴ Grupo de intelectuais que se reuniam no *Salón Literario* a partir de 1837, na livraria de Marcos Sastre em Buenos Aires

aparelhos institucionais, os políticos e intelectuais que agora poderiam denominar-se genericamente de *argentinos*, viam-se no papel de transformadores da realidade social em que viviam.

Havia na Argentina a percepção de estar ultrapassando um passado obsoleto em detrimento do sentimento de progresso que impulsionava políticos e intelectuais a pensarem o futuro da nova Nação. As categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa permitem analisar as relações entre futuro e passado contidas no período abordado.

A “experiência” de construção da ideia sobre a Patagônia, presente desde o século XVI, até as iniciativas de dotá-la de instrumentos administrativos, incluindo politicamente a região ao restante do país, vinculou-se a “expectativa” de edificar uma nação civilizada aos moldes europeus. Como dito, a ideia da Patagônia como área geográfica era vaga e abrangente. No entanto, o conceito de deserto, entendido como uma área vazia de civilização era associada ao que se entendia por Patagônia, definindo a região como um deserto, sobretudo pela presença indígena, frequentemente atrelada a “barbárie”.

Em um dos grandes clássicos da literatura argentina, *Facundo*, escrito em 1845, Domingo Faustino Sarmiento definiu a realidade de seu país durante o período *rosista* por meio de dicotomias. Entre elas, “civilização e barbárie”, já no subtítulo do livro, aglutinam todas as demais, que se relacionam a um ou a outro conceito. Embora, o termo “e”, demonstra que para Sarmiento, seu país de origem era caracterizado por elementos tanto de barbárie quanto de civilização. “*Su parte a la barbarie indígena; su parte a la civilización europea; su parte, en fin, a la democracia consagrada por la revolución de 1810*” (SARMIENTO, 2009:7).

Para o autor nascido em San Juan, que escrevia desde o exílio no Chile, a colonização espanhola também foi responsável por deixar marcas de barbárie na sociedade argentina. Era afirmada a importância das lutas pela independência ocorridas em 1810, que romperam os vínculos com a metrópole, embora Sarmiento, assim como os demais escritores de sua Geração, pretendia abandonar o discurso heróico de seus antecessores para centrar-se na prática política.

O triunfo da cidade sobre o campo, do imigrante europeu sobre o *gaucho*⁵ do Pampa, da organização estatal sobre as alianças entre caudilhos, corresponderiam à vitória da civilização sobre a barbárie, colocando o país no rumo de um futuro de progresso:

Si de las condiciones de la vida pastoril, tal como la ha constituido la colonización y la incuria, nacen graves dificultades para una organización política cualquiera y muchas más para el triunfo de la civilización europea, de sus instituciones, y de la riqueza y libertad, que son sus consecuencias, no puede, por otra parte, negarse que esta situación tiene su costado poético, y faces dignas de la pluma del romancista. Si un destello de literatura nacional puede brillar momentáneamente en las nuevas sociedades americanas, es el que resultará de la descripción de las grandiosas escenas naturales, y, sobre todo, de la lucha entre la civilización europea y la barbarie indígena, entre la inteligencia y la materia (...). (SARMIENTO, Op Cit: 30).

Combater o indígena em detrimento do florescimento da civilização europeia constituía um dos argumentos do autor para solucionar a questão da barbárie. O livro foi inicialmente divulgado em seu jornal no Chile, “*El Progreso*”. Publicado sob formato de folhetim, foi escrito em oposição à forma de governo de Juan Manuel Rosas. Analisando a vida do caudilho da província de La Rioja, Juan Facundo Quiroga (1788-1735), Sarmiento personificou a barbárie, considerando o personagem como uma síntese das relações de poder baseadas no personalismo que se opunham a um a organização estatal centralizada. Identificando o grande entrave à estabilidade política, Quiroga é comparado a Rosas: *su heredero, su complemento: su alma ha pasado a este otro molde, más acabado, más perfecto; y lo que en él [Quiroga] era sólo instinto, iniciación, tendencia, convirtiése en Rosas en sistema, efecto y fin (Idem: 12).*

Juan Bautista Alberdi participou do Salão literário juntamente com Sarmiento. Foi exilado durante o governo de Rosas, e seguiu escrevendo e militando contra a situação de opressão que ocorria em seu país. Após a derrota de Rosas e as primeiras guerras civis para definir o projeto político a ser posto em prática, redigiu o texto *Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina* (1852) que influenciou diretamente o texto constitucional no ano seguinte.

⁵ Trabalhador mestiço do campo responsável pelo trato com o gado selvagem.

Alberdi foi responsável pela fórmula política que guiou a Argentina em seu primeiro momento como Nação. Implantar um sistema de dominação, capaz de estabelecer a ordem para alcançar o progresso, seja institucional ou material, viabilizaria a construção de uma unidade política. Um centro de poder deveria ser capaz de se impor, com a finalidade de transformar o espaço em uma “unidade mais ampla” (BOTANA, 1995: 26), que constituiria o Estado Nacional.

A influência do pensamento de Alberdi se traduziria na legitimidade de um regime político sustentado em seu projeto de futuro. As *Bases* correspondiam a uma relação de metas a serem conquistadas, e uma vez transferido esse pensamento para a Constituição, a prática política mostrava-se sistematicamente organizada a fim de cumprir tais metas no futuro: “*He aquí el fin de las constituciones de hoy día: ellas deben propender a organizar y constituir los grandes medios prácticos de sacar a la América emancipada del estado obscuro y subalterno en que se encuentra*” (ALBERDI, 2004: 48).

Alcançar a civilização europeia seria o objetivo principal traçado pela constituição. Era legítimo terminar a “conquista” do continente iniciada pelos europeus no século XVI, já que seus descendentes partilhavam (ou almejavam partilhar) seus referentes. Deveria ser objetivo do governo, abandonar o elemento americano, indígena; povoando o país de imigrantes europeus, construindo ferrovias, indústrias, canais navegáveis, tudo que aproximasse a República da civilização:

Ya América está conquistada, es europea y por lo mismo inconquistable. La guerra de conquista supone civilizaciones rivales, Estados opuestos -el salvaje y el europeo - Este antagonismo no existe; el salvaje está vencido, en América no tiene dominio ni señorío. Nosotros, europeos de raza y de civilización, somos los dueños de América. (Idem: 61)

A partir da década de 1880, a Argentina terminava sua “longa espera” política tendo o Estado- Nação como realidade sentida pelos protagonistas do período, que viam a necessidade de legitimar esse novo status do país. A expansão econômica pressionou o governo portenho a acabar com o “problema do índio”, integrando a Patagônia à jurisdição estatal.

A “Campanha do Deserto” de Julio Argentino Roca, ocorrida em 1879, deu início a incursões militares a região patagônica, resultando em sua incorporação ao território nacional e permitindo a utilização das terras adquiridas para fins comerciais.

Substituindo Adolfo Alsina no ministério da Guerra e Marinha do governo de Nicolás Avellaneda, Roca apresentava outra visão sobre a fronteira interna com o índio diferente de seu antecessor.

Em suas operações destinadas a ampliar a fronteira sul com na região pampeana, Adolfo Alsina empreendeu um plano de ação considerada por jornais de oposição da época com “defensivo”.⁶ A estratégia de Alsina consistia em ampliar primeiramente a fronteira de Buenos Aires para responder as demandas de terra dos estancieiros e proteger a área de possíveis incursões indígenas. Após garantir a necessidade imediata para a criação de animais destinados aos mercados internacionais, o ministro pretendia aumentar a fronteira das demais províncias⁷, por meio da ofensiva contra as sociedades indígenas do Pampa, levando a fronteira até o rio Negro.

As críticas a Alsina, se baseavam na construção de um sistema de defesa ao invés de avançar contra os indígenas, terminando assim com a questão secular. Com o objetivo de auxiliar a defesa foi construído um fosso, chamado de *Zanja Alsina*, de dois metros de profundidade seguidos de uma barreira de um metro de altura e 2.5 metros de largura, a fim de conter a entrada de índios. A longa linha de fronteira militarizada foi dividida em comandâncias ligadas por linhas telegráficas em sua extensão.

Entre os críticos ao ministro Alsina, estava o comandante de fronteira em Córdoba, Júlio Argentino Roca. Em sua visão, o avanço da fronteira deveria contar com um plano ofensivo aos índios que não se rendessem as tropas, expulsando ou submetendo pelas armas, os índios para além do rio Negro. Adolfo Alsina morreu em 1877, deixando inacabado seu projeto fronteiriço. Em seu lugar, Julio A. Roca deu continuidade à expansão iniciada.

A escolha de Avellaneda para o sucessor de Alsina no Ministério da Guerra revelou a opção da cúpula dirigente em uma “solução final ao problema do índio” (OSZLAK, 2009: 110), utilizando o principal aparelho repressivo – o exército – para garantir ao Estado territórios úteis as suas pretensões econômicas.

Para tanto, foi realizada uma grande mobilização da imprensa e dos principais grupos políticos. Contanto com o respaldo de intelectuais e principalmente estancieiros

⁶ *La Nación*, Buenos Aires, 1877. Archivo General de la Nación, Argentina.

⁷ As províncias que possuíam uma fronteira interna no sul eram: Buenos Aires, Santa Fé, São Luis, Córdoba e Mendoza.

interessados na expansão das terras, o ministro almejava levar a fronteira primeiramente até o rio Negro, para então adentrar a Patagônia e estender a influência argentina até as porções mais austrais do continente. Encomendado por Roca, o livro do intelectual Estanislao Zeballos “*La conquista de quinze mil leguas*”, funcionou como uma justificativa “científica” a expansão da fronteira. Munido de vasta documentação e da principal literatura sobre o assunto, o escrito de Zeballos serviu tanto para o propósito de incentivar a Campanha, quanto como um conjunto de informações úteis a própria incursão.

Por uma lei de empréstimos no ano de 1878, se estipulava que os gastos realizados com as operações militares seriam descontados do montante obtido com a futura exploração das terras⁸, o que significava que os próprios estancieros interessados nas áreas conquistadas foram, juntamente com o Estado, responsáveis pelos investimentos nas campanhas. No mesmo ano, outra lei estabelecia a criação da *Governación de la Patagonia*, cuja jurisdição abarcava do rio Colorado até o cabo Hornos.⁹

O discurso da civilização contra a barbárie legitimava as ações, colocando as campanhas como movimentos civilizadores necessários. A questão da segurança das estâncias se inseria, portanto, juntamente com a necessidade de terras e a busca pelo estatuto de civilização.

La astucia secular del indio ha sido al fin burlada, y el poder gigantesco que sobre ella reposaba acaba de caer hecho pedazos. (...)Era necesario hacer su autopsia a la luz de la ciencia para conocer aquella organización infernal de la naturaleza del desierto, que parecía rechazar la vida civilizada, produciendo la muerte a su contacto. (...) (ZEBALLOS, 2008: 204)

Utilizando a justificativa da busca pela civilização e contando com o apoio dos setores agro-exportadores, Roca empreendeu sua Campanha ao Deserto com relativa facilidade. Os recursos disponíveis nas mãos do governo como telégrafo e a existência de um exército profissional e bem equipado, deu grande vantagem frente às sociedades que há séculos habitavam a região, resistindo à pressão colonizadora. A luta contra o índio teve grande saldo de mortos e prisioneiros pelo exército nacional, e resultou em

⁸ “Ley del empréstito” n° 947, 1878

⁹ Lei n.º 954 de 1878

grande prestígio para seu idealizador, impulsionando-o ao cargo de presidente da República em 1880.

Contando com uma grande quantidade de homens e tecnologia em armamentos, os exércitos de Roca conseguiram estabelecer pontos de controle que facilitaram sucessivas campanhas contra os índios ao longo da década. Com Julio A. Roca na presidência, a inclusão da Patagônia a soberania da Nação foi efetivada, justamente no momento em que a Argentina parecia estar cada vez mais próxima do almejado progresso. Em uma lei promulgada em 1884, a área da *Governación de la Patagonia* foi dividida em unidades administrativas menores, tais como, Neuquén, Rio Negro, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo¹⁰, dotando a Patagônia de instrumentos administrativos e institucionais.

Conclusão

A Campanha ao Deserto carregava em seu nome os discursos que a legitimavam. A expedição militar de Roca adentrou o deserto norte-patagônico com armamentos de guerra a fim de “resolver” a questão indígena, tornando possível a incorporação da região às estâncias. A associação da Patagônia, com áreas densamente povoadas por índios,¹¹ a um deserto, colocou a guerra como solução civilizadora, a fim de integrar a região ao restante do país.

Colocar em prática o projeto civilizador consistia em aproximar a Argentina de um Estado moderno aos moldes europeus, afirmando-a no conjunto de nações civilizadas e distanciando o país da antiga posição de colônia.

A expansão à Patagônia fez parte de uma época em que a relação com as sociedades indígenas, era pensada como um problema por não considerar o índio como parte integrante da Argentina que se pretendia construir, com base no referencial europeu. A colonização da Patagônia foi entendida com um feito civilizador, incentivado tanto pelas perspectivas de expansão econômica, quanto pelo processo de maturação do Estado nacional.

¹⁰ Lei n.º 1.532.

¹¹ Na região norte-patagônica, os vales do rio Neuquén tinham grande presença de índios.

Para a elite intelectual e política argentina dos oitocentos, construir o país significava organizar as bases de instituições e identidade nacional que permitiriam ao Estado criar as condições propícias para o desenvolvimento econômico e a palpável inserção no comércio internacional. Legitimada pelos discursos dos intelectuais que atuaram no sentido de definir a Nação, a resolução do “problema” do índio e a consequente integração da área conhecida por séculos como Patagônia à Argentina, mostra um Estado em consonância com valores presentes no “civilizado” mundo europeu.

Mais que uma reconfiguração territorial, a Campanha do Deserto se tratava de um feito civilizador, com o claro objetivo de servir as pretensões de um poder central, devendo ser compreendida a partir dos discursos que a tornou possível.

Fonte Primária

Archivo General de la Nación, Argentina

Referências Bibliográficas

BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009

BARBA, Fernando Enrique. *Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense*. **Revista ANDES**, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007. Disponível em: www.scielo.org.ar/pdf/andes/n18/n18a08.pdf Acesso: 01/10/2010

BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires, Hyspamerica, 1985

D'ORBIGNY, Alcide. *Viaje por America meridional II* (1829). 1ª ed. Buenos Aires: Emecé, 1999

FALKNER, Thomas. *Descripción de Patagonia y de las partes adyacentes de la América meridional* (1835). Disponível em: [http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80261629545804830976613/p0000001.htm?marca=patagonia thomas falkner#](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/80261629545804830976613/p0000001.htm?marca=patagonia%20thomas%20falkner#) Acesso: 27/06/2010

HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

_____, Reinhart. *The Practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Califórnia: Stanford, 2002

MÍGUEZ, Eduardo. *Historia económica de la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008

OSZLAK, Oscar. *La formación Del Estado Argentino: orden, progreso y organización nacional*. 4ª ed. Buenos Aires: Emecé, 2009

RICUPERO, Bernardo. As nações do romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco A. e MADER, Maria Elisa, org. *Revolução de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. Vol. I, 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

PRIVITELLIO, Luciano. Prólogo. In: *El Pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010

RUIZ MORENO, Izidoro J. *Campañas militares argentinas. La política y la guerra: luchas contra indios y sediciosos (1870-1884)*. Tomo V. 1ª ed. Buenos Aires: Claridad, 2009

SARMIENTO, Domingo F. *Facundo o civilização y barbárie*. 1ª ed. Buenos Aires: Centro Editor de Cultura, 2009

SEBRELI, Juan José. *Crítica de las ideas políticas argentinas: Las orígenes de la crisis*. 6ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2003

TÉRAN, Oscar. *História de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008

ZEBALLOS, Estanislao. *La conquista de quince mil leguas: Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878)*. Buenos Aires: Continente, 2008